



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA
21 DE NOVEMBRO DE 2017
N. ° 24/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

Pág.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1 – Propostas/Pedidos de Esclarecimento – Apresentados pelo Senhor Vereador do
PPD/PSD – Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles..... 4

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- 1 – Associações – Planos de Atividades, Orçamentos e Contas Gerência..... 8
- 2 – Programa Operacional - Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR)
– Candidaturas..... 9
- 3 – Caves Santa Marta – Vinhos e Derivados, CRL – Apoio Financeiro 10
- 4 – Atribuição de Apoio aos Agregados Familiares Carenciados em Condições
Habitacionais Comprovadamente Desfavoráveis..... 11
- 5 – Ribeira D’ Arcã – Elaboração de estudo..... 12
- 6 - RURALNAUTA – Adesão do Município ao projeto de informação digital 14

DIVISÃO ADMINISTRATIVA,

FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

- 7 – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis – Exercício do Direito
de Preferência 16
- 8 – Indemnização por danos sofridos no Veículo Motorizado – Req. Paulo Manuel Teixeira
Rodrigues 16
- 9 – Indemnização por danos sofridos em Viatura Automóvel – Req. HRIB GHERORG
MIREL 18
- 10 – Indemnização por danos sofridos em Viatura Automóvel – Req. Maria de Fátima
Pereira Teixeira Rosa 20

Serviços de Tesouraria

- 11 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 07 a 15 de novembro de 2017 23



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

- 12 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Vítor Manuel Saraiva da Silva – Freguesia de Fontes 23

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços da Ação Social

- 13 – Associações Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Subsídio..... 25

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 14 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 26



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Propostas/Pedidos de Esclarecimento – Apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou as seguintes propostas: -----

----- 1.1 – “Estado dos Caminhos e Estradas Municipais”. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 2º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, apresentar uma proposta, que é do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- Considerando que esta Câmara Municipal é a Entidade Gestora da Rede Viária do concelho de Santa Marta de Penaguião, devendo promover a sua monitorização, desde a retificação e reparação de pavimentos, sinalética vertical e horizontal, manutenção de tampas de caixas de visita de esgotos e da rede pluvial. -----

----- Considerando que, mesmo que sejam estabelecidos protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia do Concelho, ficando estas com a responsabilidade da manutenção, limpeza e pequenas reparações da Rede Viária Urbana, ou seja, a malha que serve com mais proximidade as habitações no interior do Perímetro Urbano, deverá sempre a Câmara Municipal realizar a fiscalização e monitorização do estado das mesmas. -----

----- Pelo exposto vimos solicitar que seja apresentado anualmente um relatório técnico, que nos permita alcançar o conhecimento real das necessidades desta rede fundamental – Rede Viária Municipal – nomeadamente ao estado de conservação dos pavimentos, da sinalética vertical e horizontal, a necessidade de melhorar e tornar mais eficiente e eficaz a rede de drenagem de águas pluviais a ela associada, bem como identificar muros de suporte de terras que necessitem de intervenções imediatas ou sinalizados para futuras operações de estabilização. -----

----- Em prol de uma organização mais eficiente, sugerimos que as operações em vias protocoladas sejam devidamente mapeadas, com a indicação das suas principais características



físicas e mecânicas, extensão, e ainda fixar um calendário para a sua limpeza, seja na vertente da prevenção contra incêndios, seja para mitigar deslizamentos de terras e a derrocada de muros de suporte. -----

----- Pedimos deferimento, -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 21 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- **1.2 – “Cabaz de Natal”**. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 2º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, apresentar uma proposta, que é do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- Considerando que se aproxima o período natalício, e verificando que muitos agregados familiares no nosso concelho, maioritariamente compostos por idosos de baixos rendimentos e baixas pensões, muitas vezes isolados e sem familiares a residir junto deles. -----

----- Considerando que devemos apoiar o comércio tradicional existente nas diversas freguesias do nosso concelho, que com muito esforço procuram manter-se na senda da proximidade com as populações que servem. -----

----- Propomos a criação do “CHEQUE CABAZ DE NATAL”, que cumpra os objetivos supramencionados, devidamente regulamentado, e cuja essência de funcionamento será o seguinte: -----

----- A- Atribuição de um certificado no valor monetário que variará entre os 20,00 e 30,00euros, respetivamente no caso de agregados familiares singulares e agregados com mais de um cidadão. -----

----- B- O certificado poderá apenas ser utilizado num estabelecimento do comércio tradicional da área de residência do(s) cidadão(s); -----

----- C- Os cabazes obedecerão às regras de higiene e segurança alimentar, que farão parte integrante do respetivo regulamento, bem como enumerar taxativamente os artigos integrantes; -

----- Acreditamos no potencial desta proposta, que promove uma simbiose profícua entre aqueles que têm efetivas necessidades, e a valorização de uma unidade de proximidade, como é o

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 24 de 21 de novembro de 2017



comércio tradicional, que tende cada vez em extinguir-se. Naturalmente que deverão ser ouvidos os comerciantes sobre esta proposta, e ponderadas as suas sugestões. -----

----- Pedimos deferimento, -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 21 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- **2** – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou os seguintes pedidos de esclarecimento: -----

----- **2.1 – “Obra de movimentos de terras” Envolvente ao Cemitério de São João Batista.** ---

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as informações, abaixo indicadas, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- Considerando que foram iniciados trabalhos de movimentos de terras, no espaço envolvente ao Cemitério de São João Batista. Pelo que podemos observar no local, foram movimentadas grandes quantidades de terras, alterando significativamente a topografia local, bem como o capeamento de uma linha de água que atravessa o referido terreno. -----

----- Considerando que não conseguimos visualizar no local qualquer painel que publicite a referida obra, nomeadamente a designação do Dono da Obra, da empresa responsável pela empreitada, dos prazos definidos para o início e o terminus da mesma, nem os valores que lhes estão associados. -----

----- Considerando ainda que não visualizamos qualquer vedação da delimitação do perímetro do terreno, uma vez que é ladeado por caminho público transitável e pela EN2 igualmente transitável, o que poderá levantar algumas dúvidas sobre as condições de segurança. -----

----- Pelo exposto vimos solicitar a Vossa Excelência que nos informe se a obra é da responsabilidade da Câmara Municipal, se existe um plano de segurança para a execução da mesma, quem é a empresa responsável pelos trabalhos, qual o plano de trabalhos, o custo associado e quando foi adjudicada a obra. -----

----- Pedimos deferimento, -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 21 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador -----



----- Ass: Daniel Teles.” -----

----- **2.2 – “Plano de Pormenor UOPG 5” Plano de Expansão da Vila de Fontes.** -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as informações, abaixo indicadas, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- Considerando que a Unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.5, relativa à área de expansão da Vila Fontes é para nós uma prioridade, pela organização espacial que a mesma poderá introduzir na área da sua delimitação, bem no contributo para a valorização da Vila de Fontes, seja na criação de novos espaços urbanos residenciais e mistos, com a consequente fixação de população. -----

----- Considerando que a área delimitada para esta UOPG permitirá um investimento maioritariamente privado num valor que estimamos em cerca de 3 000 000,00 Euros, que em muito poderá contribuir para a economia local, mas também do concelho, nomeadamente na criação de emprego e nas mais valias a criar com retorno direto para o Município. -----

----- Considerando que temos conhecimento que os procedimentos para os estudos prévios, consultas a entidades externas, e encomenda para a elaboração do respetivo plano urbanístico foram realizados. -----

----- Vimos solicitar a Vossa Excelência que nos informe, em que fase da tramitação legal se encontra o mesmo, para quando prevê a sua conclusão e para quando a sua entrada em vigor.

----- Pedimos deferimento, -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 21 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----

----- Ass: Daniel Teles.” -----



II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Associações – Planos de Atividades, Orçamentos e Contas Gerência

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, com o seguinte teor: -----

----- “Assunto: “Associações – Planos de Atividades, Orçamentos e Contas legalmente aprovadas”. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as seguintes informações, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- INTRODUÇÃO -----

----- Considerando que o Município de Santa Marta de Penaguião é investe e apoia as Associações desportivas, Recreativas e Culturais do concelho, cuja política pública é de extrema relevância para o desenvolvimento social, desportivo e cultural da nossa comunidade, com a qual concordamos e apoiamos; -----

----- Considerando que para a atribuição de apoios financeiros através de subsídios deverão estar reunidos alguns critérios estatutários por parte das Associações e normativos por parte do Município, de modo que não resultem situações de menor transparência na aplicação de recursos financeiros públicos; -----

----- Considerando que a Câmara Municipal deverá deliberar a atribuição de subsídios, verificando sempre, se estão, a cada momento, reunidos os critérios legais e informativos para que a decisão seja assumida em consciência, segundo valores de equidade, de verdade, transparência e evitando-se deste modo suspeições que muitas vezes são infundadas. -----

----- PROPOSTA -----

----- Pelo exposto vimos solicitar a V.ª Ex.ª que a tomada de decisão sobre a atribuição de subsídios a Associações sem fins lucrativos, do concelho de Santa Marta de Penaguião, seja sempre acompanhada dos documentos estabelecidos nos normativos legais e em vigor,



nomeadamente o plano de atividades, orçamento e contas do ano anterior aprovadas pelo respetivo órgão deliberativo definido nos Estatutos Legais e em Vigor.”-----

----- Pedimos deferimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----

----- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

**Programa Operacional - Sustentabilidade e Eficiência
no Uso de Recursos (PO SEUR) – Candidaturas**

----- 2 – Presente à reunião pedido de esclarecimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, com o seguinte teor: -----

----- “Assunto: “Projetos aprovados pelo PO SEUR ”. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as seguintes informações, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- Considerando que foi noticiado, durante a primeira semana de novembro de 2017, pelos meios de Comunicação Social que foram aprovadas candidaturas no âmbito do Plano Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência de Recursos, totalizando o valor de 0.73M€, vimos solicitar que nos seja facultada a enumeração dos respectivos projetos aprovados, bem como os respectivos valores associados.” -----

----- Pedimos deferimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----

----- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----



**Caves Santa Marta – Vinhos e
Derivados, CRL – Apoio Financeiro**

----- 3 – Presente à reunião requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, com o seguinte teor: -----

----- “Assunto: “Requerimento de 13 de janeiro de 2017” – Caves Santa Marta. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as seguintes informações, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- INTRODUÇÃO -----

----- Considerando que a Empresa Caves Santa Marta, que labora em regime cooperativo, agregando mais de 1500 pequenos e médios produtores do sector vitícola, em que mais de 95% estão sediados no concelho de Santa Marta de Penaguião; -----

----- Considerando que a aludida empresa foi e continua a ser um dos principais motores na vinificação, na promoção do concelho e do vinho; -----

----- Considerando ainda que esta empresa é direta e indiretamente uma das maiores empregadoras do concelho, mormente atravessar enormes dificuldades de sustentabilidade económica e financeira há cerca de uma década; -----

----- Considerando que tivemos conhecimento que no dia 13 de janeiro de 2017 foi apresentado pela Direção das Caves Santa Marta, um requerimento dirigido a V.ª Ex.ª, solicitando um apoio financeiro para a substituição de “equipamentos no sistema de extração de bagaço das prensas e na alimentação elétrica do quadro dos autovidantes”, cujo valor do pedido ascendia a 57.476,40€, sem reportar o Imposto de Valor Acrescentado, uma vez que este imposto é recuperado através do mecanismo de dedução previsto. -----

----- Pelas considerações expostas, vimos solicitar, que nos informe, em que data foi emitido o ofício em resposta ao pedido realizado pela Direção das Caves Santa Marta, se o mesmo mereceu desta Câmara Municipal deferimento, ou em caso de indeferimento quais os motivos técnico-administrativos e jurídicos para a decisão. -----

----- Pedimos deferimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----



----- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

**Atribuição de Apoio aos Agregados Familiares Carenciados em
Condições Habitacionais Comprovadamente Desfavoráveis**

----- 4 – Presente à reunião requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º
Daniel Joaquim Andrade Teles, com o seguinte teor: -----

----- “Assunto: “Programa instituído pelo Regulamento n.º 1016/2016” – Publicado no DR, 2.ª
série, n.º 213, 7 de novembro de 2016. -----

----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de
Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º
24/98, de 26 de maio, solicitar as informações abaixo indicadas, que são do interesse público,
relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----

----- INTRODUÇÃO -----

----- Considerando que no pretérito mês de setembro, de 2017, foram aprovadas as candidaturas
no âmbito da Atribuição de Apoio aos Agregados Familiares Carenciados em Condições
Habitacionais Comprovadamente Desfavoráveis do Município de Santa Marta de Penaguião, e
considerando que os valores envolvidos ascendem a centenas de milhares de euros, é um
imperativo constitucional, e de lealdade política para com os cidadãos penaguienses, realizar o
acompanhamento e obter as informações necessárias da aplicação material desta política
pública de âmbito municipal. -----

----- QUESTÕES/ PEDIDO DE INFORMAÇÕES ESCRITAS -----

----- 1. Que nos seja facultada uma lista completa, com a indicação nominal dos cidadãos
contemplados com o referido apoio, agregando cópia simples da respectiva certidão
permanente, emitida pela respectiva Conservatória do Registo Predial; -----

----- 2. Uma vez que o Programa está em execução: -----

----- a) Quantos edifícios foram intervencionados até à presente data? -----

----- b) Quantos candidatos receberam o apoio financeiro até à presente data? -----

----- c) Cópia simples dos autos de recepção elaborados pela fiscalização, caso existam,
confirmando a execução e conclusão das intervenções. -----



----- 3. Uma vez que o apoio concedido foi financeiro, não contemplando, por exemplo a atribuição de materiais ou trabalhos específicos a realizar por colaboradores da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, concluímos, salvo melhor opinião, que foi sistematicamente adotada o recurso à contração externa, pelo que esta modalidade deve reger-se pelos Procedimentos Legais para a Contratação de despesas Públicas. Pelo que solicitamos esclarecimentos se tais procedimentos foram ou se estão a ser legalmente tratados. -----
----- Pedimos deferimento. -----
----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----
----- O Vereador. -----
----- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

Ribeira D' Arcã – Elaboração de estudo

----- 5 – Presente à reunião requerimento apresentado pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, com o seguinte teor: -----
----- “Assunto: “Despoluição da Ribeira D' Arcã”. -----
----- “Daniel Joaquim Andrade Teles, Vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata, vem nos termos do abrigo do art.º 4º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, solicitar as seguintes informações, que são do interesse público, relacionadas com a gestão do Município de Santa Marta de Penaguião: -----
----- INTRODUÇÃO-----
----- Considerando que persiste um problema de frequentes descargas poluidoras na linha de água que atravessa a Vila de Santa Marta de Penaguião, denominada Ribeira D'Arcã. -----
----- Considerando que é do conhecimento geral que existem, em certas zonas da Vila, ligações de esgotos diretamente ligados à referida linha de água, que consideramos em pleno século XXI inaceitável, por desrespeito pelo ambiente, pela redução da qualidade do ar, contraproducente para uma vivência saudável dos cidadãos residentes e sustentabilidade na oferta turística. -----
----- QUESTÕES -----
----- a) O Município mandou elaborar algum estudo que contemple soluções para mitigar estas duas situações? Nomeadamente a despoluição da Ribeira D'Arcã, em toda a sua extensão capeada e no troço a céu aberto até ao Rio Corgo. Bem como a reabilitação da rede de esgotos

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 24 de 21 de novembro de 2017



nas zonas da Vila em que as descargas de esgotos são realizadas diretamente para o meio hídrico. -----

----- b) No caso afirmativo, quando serão iniciados esses trabalhos, e qual o seu custo global? ---

----- Pedimos deferimento. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 10 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----

----- Daniel Teles (PSD) – ass: Daniel Teles.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores do Partido Socialista, sobre os pontos n.ºs 1 a 5 da Ordem do Dia, disseram o seguinte:** -----

----- *“Vem o Senhor Vereador Daniel Joaquim Andrade Teles através da Proposta/Pedido de Esclarecimento/Requerimentos, acima identificados solicitar informação relativamente ao assunto “Associações – Planos de Atividades, Orçamentos e Contas legalmente aprovadas”, “Projetos aprovados pelo PO SEUR”, “Requerimento de 13 de janeiro de 2017” – Caves Santa Marta, “Programa instituído pelo Regulamento n.º 1016/2016” – Publicado no DR, 2.ª série, n.º 213, 7 de novembro de 2016 e “Despoluição da Ribeira D’ Arcã”, invocando para tal o artigo 4.º da lei n.º 24/98, de 26 de Maio. (Estatuto do direito de oposição). -----*

----- *Vejamos a lei: -----*

----- *Sobre a titularidade do estatuto do direito de oposição, o artigo 3.º dispõe: -----*

----- *São titulares do direito de oposição, entre outros: -----*

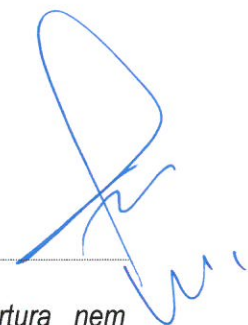
----- *“Os partidos políticos representados na câmara municipal, desde que nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas “.-----*

----- *Sobre o direito à informação, o artigo 4.º, n.º 2, dispõe: -----*

----- *“As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos e demais titulares do direito de oposição “.-----*

----- *Pelo exposto facilmente se conclui que qualquer vereador por si só, ou seja individualmente, não é titular do estatuto de oposição. -----*

----- *Assim sendo, o Senhor Vereador Daniel Joaquim Andrade Teles invoca um direito que não tem e usa abusivamente uma lei que não lhe dá cobertura legal para fazer o pedido aqui em causa. -----*



----- Conclui-se que, por força da lei, estes requerimentos não têm cobertura nem enquadramento legal, pelo que não podem ser respondidos. -----

----- Sugere-se ao Senhor Vereador Daniel Joaquim Andrade Teles, que caso queira manter a proposta, o pedido de esclarecimento e os requerimentos, renove os mesmos devidamente enquadrados na lei para serem merecedores da melhor resposta, estando nós, desde logo, disponíveis para a fornecer.” -----

RURALNAUTA – Adesão do Município ao projeto de informação digital

----- 6 – Presente à reunião e-mail do Senhor Paulo Costa, administrador da Ruralnauta, datado de 14 de novembro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “Agradecendo a forma absolutamente acolhedora como ontem fui recebido no Município de Santa Marta de Penaguião, é com a enorme convicção no valor territorial existente que temos a honra de apresentar a Vossa Excelência aquele que consideramos ser o projeto mais ambicioso, dinâmico e prático alguma vez colocado ao serviço do mundo rural no espaço nacional. -----

----- O projeto Ruralnauta é muito mais que uma aplicação tecnológica, é um movimento que irá contagiar Portugal, os portugueses e, também, o mundo que nos visita. -----

----- Com o objetivo de materializar o valor existente ao longo de todo o país, com identidade rural, criamos o projeto Ruralnauta. Uma aplicação que vai muito além da informação digital, que se objetiva transfigurar num movimento contagiante de descoberta do Interior de Portugal e de valorização do seu património material e imaterial. -----

----- É para nós uma enorme honra poder contar com o Município de Santa Marta de Penaguião como Município Fundador deste distinto projecto, que será apresentado ao mundo em Janeiro de 2018 com a dimensão que este merece e com o reconhecimento digno dos Municípios Fundadores. -----

----- Segue em anexo a apresentação/proposta Ruralnauta e o formulário de registo de Município Fundador que lhe pedimos que nos faça chegar o mais prontamente possível, se entender que Santa Marta de Penaguião pode integrar este movimento de dinamização rural. -----



----- Acreditamos convictamente que, juntos, iremos agregar um valor ímpar para dinamizar fortemente o nosso Território, pelo que ficamos totalmente ao vosso dispor para todos e quaisquer esclarecimentos." -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, a adesão do Município ao projeto da RURALNAUTA e autorizar a despesa no valor de 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

O Senhor Vereador Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou a declaração de voto, com o seguinte teor: -----

----- "Declaração de Voto -----

----- *Relativamente sexto ponto da Ordem de Trabalho, da reunião ordinária da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, nomeadamente a proposta de adesão deste Município a um projeto de informação digital, apresentado pela empresa RURALNAUTA, cujos objetivos são fundamentalmente a promoção, criação e desenvolvimento de atividades tecnológicas e informáticas, que obviamente somos favoráveis, uma vez que a divulgação dos Territórios deve ser global e em permanência.* -----

----- *Uma vez que não nos foi facultado um caderno de encargos que sucintamente nos esclareça o modelo orgânico de funcionamento desta rede digital, deixamos algumas questões, que gostaríamos de ver esclarecidas:* -----

----- *Trata-se de um simples E-commerce ou com outros conteúdos? Quais? --*

----- *Os conteúdos são universalistas? Regionais? Ou apenas do concelho? ---*

----- *Os conteúdos são tratados de que forma? Quem se responsabiliza pelos conteúdos? -----*

----- *Será criado uma equipa multidisciplinar para a preparação de conteúdos?*

----- *É permitida publicidade, para além da institucional? -----*

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 24 de 21 de novembro de 2017



----- Terá ligação a alguma rede comercial (Booking, Planeo, etc.)? -----

----- Existem objetivos quantitativos e qualitativos? Quais? -----

----- Quem monitoriza e quem faz a avaliação do serviço? -----

----- A acessibilidade é gratuita? -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, no dia 21 de novembro de 2017. -----

----- O Vereador. -----

----- Ass: Daniel Teles. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas
de Imóveis – Exercício do Direito de Preferência**

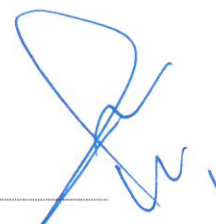
----- 7 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “Para os devidos efeitos, junto remeto a V. Ex.^a os atos celebrados no mês de **setembro de 2017**, pelos diversos Serviços de Notariado, com vista a permitir o exercício de direito de preferência sobre os prédios, nos termos do artigo 55º do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003 de 12 de Novembro.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**Indemnização por danos sofridos no Veículo
Motorizado – Req. Paulo Manuel Teixeira Rodrigues**

----- 8 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----



----- “Na sequência da reclamação feita, no dia 29 de Agosto de 2011, pelo Senhor Paulo Manuel Teixeira Rodrigues, residente no Edifício Brás e Mendes, Bloco 4, 3º esquerdo, em Santa Marta de Penaguião, dando conta do acidente ocorrido no dia 28 do referido mês, na estrada que liga Sever a Santa Marta de Penaguião, o qual lhe causou prejuízos no seu veículo motorizado, danos materiais e danos corporais, provocado pela existência de areia na estrada, o processo foi encaminhado para a Companhia de Seguros Axa. -----

----- Após análise dos elementos e averiguação efetuada a Companhia de Seguros Axa informou o Município e o reclamante que a responsabilidade pelos danos alegados era da responsabilidade do condutor, uma vez que o mesmo não adequou a sua velocidade às condições da via, apesar de ser conhecedor das mesmas, pelo que encerraram o processo. -----

----- Não se conformando com a decisão, o Senhor Paulo Rodrigues, apresentou uma Ação em Processo Comum no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. -----

----- Segundo instruções dadas por V. Ex^a, foi solicitado ao Senhor Dr. Cesário Mesquita Ferreira, Consultor Jurídico do Município, que fosse intentado com o reclamante no sentido de por termo ao processo que decorre no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. -----

----- Nesta sequência o Consultor Jurídico apresentou o acordo de transação, anexo, do qual resulta a obrigação do Município de proceder ao pagamento de **2.000,00€** (dois mil euros), como indemnização pelos prejuízos decorrentes do acidente, a ser pago no prazo de 30 dias e pôr termo da referida ação. -----

----- Considerando que, o acordo entre as partes foi assinado e entregue no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela em 26 de Outubro do corrente ano, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar que seja feito o pagamento ao Senhor **Paulo Manuel Teixeira Rodrigues**, o valor de **2.000,00€** (dois mil euros).” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), nos termos da informação dos serviços.** -----



**Indemnização por danos sofridos em viatura
automóvel – Req. HRIB GHERORG MIREL**

----- 9 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “O Senhor **HRIB GHEORG MIREL**, veio através do requerimento com registo de entrada número 1992, datado de 29 de Agosto do corrente ano, solicitar a assunção de responsabilidade, por parte do Município, pelos danos sofridos na sua viatura marca Opel Astra com a matrícula 11-61-AJ, que ocorreu no dia 27 de Agosto do corrente ano, quando circulava no Lugar de S. Miguel de Lobrigos (junto aos tanques), mais concretamente pelo rebentamento do depósito de gasóleo, devido à existência de paralelos soltos na estrada. O requerente apresentou fotografias do local e da viatura danificada. -----

----- Ora, na sequência do pedido a situação foi averiguada pelo Fiscal Municipal, que proferiu a seguinte informação (...) *Em deslocação ao local, verifiquei a existência de alguns paralelos levantados e uma depressão num dos lados do pavimento, ao longo da estrada Em análise no local, não foi possível verificar resíduos de gasóleo no pavimento, nem determinar, analisando o local, se a depressão da estrada e os paralelos levantados, se os mesmos poderão ter provocado dos danos em causa, no entanto, se o carro tiver uma suspensão muito baixa, poderão os danos mencionados, terem sido provocados no local.* -----

----- O sinistro foi participado à Seguradora Ageas Portugal Companhia de Seguros, S.A. com a apólice n.º 008410155015, que após análise de todos os elementos apresentados, informou que os danos não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, uma vez que, se encontra excluído nos termos da Condição Especial 45 (agregada ao contrato de seguro) os danos resultantes de acidentes de viação provocados (...) más condições de conservação e/ou manutenção das estradas, conforme dispões a alínea x) do artigo 3º da Condição Especial, bem como pelas exclusões das Condições Particulares da Apólice, pelo que declinam qualquer responsabilidade. -----

----- Neste contexto e tendo em conta os factos atrás referidos esclarece-se o seguinte: O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas aprovado pela Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro, subdivide essa responsabilidade: i) Por danos resultantes do exercício da



função administrativa; ii) Por danos resultantes do exercício da função jurisdicional; e iii) Por danos resultantes do exercício da função político-legislativa. -----

----- Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº 1 do artigo 8º do supracitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas. -----

----- A mencionada disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos: i) a prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (ou por omissão), no exercício de funções públicas ou por causa delas; ii) imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; e iii) da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

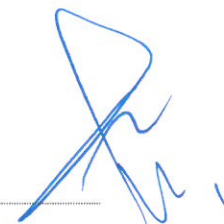
----- Da mesma forma dispõe o artigo 483º do Código Civil, que “aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação”. -----

----- Por sua vez, o artigo 9º do regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, os funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

----- Quanto à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o nº 1 do artigo 10º do mencionado regime, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de caso a caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

----- Finalmente, como acima se se refere, tal facto, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito. A ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, conforme resulta do artigo 9º daquele mesmo regime: i) ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem; ou ii) se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios. -----

----- Ora, no presente caso, o requerente referiu que os prejuízos foram provocadas pela existência de paralelos soltos na estrada. -----



----- À Câmara Municipal, enquanto entidade gestora do domínio público municipal, e responsável pelas vias municipais, caber-lhe-á a responsabilidade de garantir a segurança das pessoas e bens que circulam nas mesmas. -----

----- Assim, salvo melhor opinião, julga-se estarem reunidos os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual do Município. -----

----- O lesado apresentou o orçamento da Oficina S. José, no valor de **896,67€** (oitocentos e noventa e seis euros e sessenta e sete cêntimos) com IVA incluído à taxa legal. -----

----- Assim sendo, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento da indemnização pelos danos sofridos na citada viatura do Senhor **HRIB GHEORG MIREL**, uma vez que, decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento da referida indemnização." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de 896,67€ (oitocentos e noventa e seis euros e sessenta e sete cêntimos), nos termos da informação dos serviços.** -----

Indemnização por danos sofridos em viatura automóvel

– Req. Maria de Fátima Pereira Teixeira Rosa

----- 10 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Senhora **MARIA DE FÁTIMA PEREIRA TEIXEIRA ROSA**, veio através do requerimento com registo de entrada número 2229, datado de 29 de Setembro do corrente ano, solicitar a assunção de responsabilidade, por parte do Município, pelos danos sofridos na sua viatura com a matrícula 29-59-HH, que ocorreu no dia 29 de Setembro do corrente ano, quando circulava, na Rua da Fonte, em S. Miguel de Lobrigos, mais concretamente pela danificação da bomba de gasóleo e cârter, devido à existência de paralelos soltos na estrada. A requerente apresentou fotografias do local e informou, verbalmente, que chamou a GNR para tomar conhecimento da ocorrência. -----



----- O sinistro foi participado à Seguradora Ageas Portugal Companhia de Seguros, S.A. com a apólice n.º 008410155015, que após análise de todos os elementos apresentados, informou que os danos não são passíveis de indemnização pela companhia seguradora, porque não reúne enquadramento nas garantias da referida apólice encontrando-se excluído nos termos da Condição Particulares no seu artigo 8º “danos resultantes de (...) más condições e/ou manutenção das estradas, pelo que declinam qualquer responsabilidade. -----

----- Neste contexto e tendo em conta os factos atrás referidos esclarece-se o seguinte: O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas aprovado pela Lei nº 67/2007 de 31 de Dezembro, subdivide essa responsabilidade: i) Por danos resultantes do exercício da função administrativa; ii) Por danos resultantes do exercício da função jurisdicional; e iii) Por danos resultantes do exercício da função político-legislativa. -----

----- Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº 1 do artigo 8º do supracitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas. -----

----- A mencionada disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos: i) a prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (ou por omissão), no exercício de funções públicas ou por causa delas; ii) imputação do ato a título de dolo ou mera culpa; e iii) da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano. -----

----- Da mesma forma dispõe o artigo 483º do Código Civil, que “aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação”. -----

----- Por sua vez, o artigo 9º do regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, os funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infringam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. ----

----- Quanto à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o nº 1 do artigo 10º do mencionado regime, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que



seja razoável exigir, em função das circunstâncias de caso a caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

----- Finalmente, como acima se refere, tal facto, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito. A ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, conforme resulta do artigo 9º daquele mesmo regime: i) ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem; ou ii) se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios. -----

----- Ora, no presente caso, o requerente referiu que os prejuízos foram provocadas pela existência de paralelos soltos na estrada. -----

----- À Câmara Municipal, enquanto entidade gestora do domínio público municipal, e responsável pelas vias municipais, caber-lhe-á a responsabilidade de garantir a segurança das pessoas e bens que circulam nas mesmas. -----

----- Assim, salvo melhor opinião, julga-se estarem reunidos os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual do Município. -----

----- Segundo informação da Companhia de Seguros Ageas os danos reclamados da viatura e avaliados em peritagem são no valor de **369,68€** (trezentos e sessenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos) com IVA incluído à taxa legal. -----

----- Assim sendo, sugere-se que o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de deliberar proceder ao pagamento da indemnização pelos danos sofridos na citada viatura da Senhora **MARIA DE FÁTIMA PEREIRA TEIXEIRA ROSA**, uma vez que, decorre responsabilidade extracontratual do Município, da assunção do pagamento da referida indemnização." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder ao pagamento da indemnização no valor de 369,68€ (trezentos e sessenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos), nos termos da informação dos serviços.** -----



Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 07 a 15 de novembro de 2017

----- 11 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 07 a 15 de novembro de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	15/11/2017
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		179 014,71	Despesas Orçamentais (*)		5 904 004,12
Execução orçamental	109 108,22		Correntes	4 640 317,51	
Operações de tesouraria	69 906,49		Capital	1 263 686,61	
			(*) Compromissos	7 359 975,19	
Receitas Orçamentais		6 184 139,46	Operações de tesouraria		356 863,77
Correntes	5 516 396,15		Saldo para o dia seguinte:		466 890,44
Capital	667 743,31		Execução orçamental	389 243,56	
Operações de tesouraria		364 604,16	Operações de tesouraria	77 646,88	
Total		6 727 758,33	Total		6 727 758,33

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA
Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no
artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto Requerente:
Vítor Manuel Saraiva da Silva - Freguesia de Fontes

----- 12 – Presente à reunião requerimento do Senhor Vítor Manuel Saraiva da Silva, na qualidade de proprietário, a solicitar parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 64/2003, de 23 de agosto e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura pública de doação. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----



----- "I - INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Vítor Manuel Saraiva da Silva, na qualidade de proprietário, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura pública de doação do prédio que passo a descrever: -----

----- - prédio rústico, sito no lugar de "Tapadas", com a área de 2624 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 1687-B, da Freguesia de Fontes, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 1. -----

----- **PARECER** -----

----- **Enquadramento do pedido na Lei** -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2/9, alterada pela Lei n.º 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe "Medidas Preventivas", "a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios". -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no n.º 2 do mesmo artigo, o "parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana". -----

----- **Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial** -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, os prédios rústicos a que se reporta o pedido em questão, localizam-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
1687-B	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços de Expansão Predominantemente Habitacionais de Nível II</i>

----- **2.3. Especificidades do pedido** -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no prédio rústico supra na proporção de ½ indivisos a favor da donatária Pascale Vander Ghinst. -----



----- **3. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura pública de doação, visando a constituição de compropriedade no artigo supra, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição da compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviço da Ação Social

**Associações Humanitária de Bombeiros Voluntários
de Santa Marta de Penaguião – Pedido de Subsídio**

----- 13 – Presente à reunião ofício da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião, registado sob o n.º 2376, de 25 de outubro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- “A Direcção desta Associação Humanitária, tem desde sempre pautado toda a sua acção no sentido de satisfazer as necessidades da nossa comunidade, que se vão fazendo sentir na prossecução da missão a que nos propusemos. -----

----- O transporte de doentes representa uma dessas missões, e é também a que mais tem suscitado a nossa preocupação, pois as solicitações têm vindo a aumentar e algumas das nossas viaturas já apresentam fortes indicadores de desgaste, o que nos tem levado a encetar esforços para renovar algumas delas. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 24 de 21 de novembro de 2017

----- É no sentido de aumentar e melhorar a nossa capacidade e qualidade de resposta que decidimos adquirir uma nova viatura ambulância para transporte de doentes não urgentes – tipo ABTD, cujo deverá ascender os 40.700,00€. -----

----- Face ao exposto, e certos que V. Ex.^a será sensível a esta matéria que envolve todos nós, apesar das diferentes dimensões de responsabilidade, vimos solicitar a atribuição de um subsídio, para que em conjunto possamos adquirir a referida viatura e dessa forma servir melhor uma população que conta com todos nós.” -----

----- Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 40.700,00€ (quarenta mil e setecentos euros), para a aquisição de uma ambulância para transporte de doentes não urgentes, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 14 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:15 horas. -----

O Chefe de Divisão,

(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,

(Luís Reguengo Machado, Dr.)